



CONSELHO DELIBERATIVO EM 2010

Pedro Leitão (Presidente)
Álvaro de Souza (Vice-presidente)

Segmento Acadêmico

José Augusto Cabral
Miguel A. Marini
Oscar Graça Couto
Paulo Eugenio Oliveira

Segmento Ambiental

Aurélio Vianna
Miguel Milano
Paulo Moutinho
Pedro Leitão

Segmento Empresarial

Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Gabriel Azevedo
Roberto Waack

Segmento Governamental

Guilherme Euclides Brandão
Izabella Mônica Teixeira
Maria Cecília Wey de Brito
Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Secretaria Executiva em 2010

Rosa Lemos de Sá (Secretária Geral)
Aylton Coelho Costa Neto (Superintendente de Planejamento e Gestão)
Fabio Leite (Gestão de Programas)
Manoel Serrão (Mecanismos Financeiros)
Angelo Augusto dos Santos (Mudanças Climáticas e Energia Limpa)
Camila Monteiro (Gestão de Redes)
Márcia Soares (Assessoria de Comunicação)
Flávia Neviani (Assessoria Jurídica)
Mônica Ferreira (Escritório de Gerenciamento de Projetos - PMO)

PERFIL INSTITUCIONAL

Nome da organização:	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio
Ano de criação:	1995
Início da operação:	1996
Missão:	Aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade.
Visão:	Ser o parceiro preferencial dos principais atores ambientais nacionais e globais na busca de soluções sustentáveis para a conservação.
Localização da sede:	Rio de Janeiro
Atuação geográfica:	Todo o Brasil
Natureza jurídica:	Associação Civil Sem Fins Lucrativos. Tem o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.
Governança:	Conselho Deliberativo formado por 16 membros, representantes dos segmentos acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. É o órgão de decisão máxima. Possui também um Conselho Consultivo que se reúne uma vez ao ano para debater temas relacionados à missão e tendências.
Número de Funcionários:	65 (em dezembro de 2010). A Secretaria Executiva é composta por duas superintendências: Programas e Planejamento e Gestão. A Superintendência de Programas coordena as atividades finalísticas e é formada pelas equipes de Mecanismos Financeiros e Gestão de Programas, além de uma unidade temática de Mudanças Climáticas e Energia Limpa e o Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO). A Superintendência de Planejamento e Gestão abriga as unidades de suporte: Recursos Humanos, Sustentabilidade Financeira, Administração, Finanças, Compras, Tecnologia da Informação, além do Centro de Documentação. O Funbio conta ainda com três assessorias: Gestão de Redes, Jurídica e Comunicação.
Estrutura operacional:	
Recursos recebidos em 2010:	R\$ 62 milhões, aproximadamente.
Recursos executados em 2010:	R\$ 15 milhões, aproximadamente.
Recursos já administrados, desde a criação:	US\$ 252 milhões, aproximadamente.
Número de projetos já apoiados:	134 192 UCs (federais, estaduais, municipais ou privadas) já receberam algum tipo de apoio do Funbio por meio dos programas Áreas Protegidas da Amazônia - Arpa, Atlantic Forest Conservation Fund - AFCoF (Incluindo o Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, coordenado pela Aliança para a Conservação da Mata Atlântica) e Fundo da Mata Atlântica do Rio de Janeiro - FMA/RJ.
Números de unidades de conservação apoiadas:	

SUMÁRIO

1 CARTA DO PRESIDENTE



Alexandre Loureiro

No ano de 2010 o Funbio passou por intensas mudanças na sua governança: depois de 14 anos à frente da secretaria geral, dei-xei o cargo para assumir a presidência do Conselho Deliberativo, com a saída de Guilherme Leal. Como secretária entrou Rosa Lemos de Sá, antes Superintendente de Programas. Esta transição garantiu a continuidade da estratégia institucional, recém ado-tada, e a ocorrência de nova eleição para a escolha do presiden-te ao final de 2011.

Além das alterações de governança, outra mudança de pla-nos foi tanto ou mais importante: a estratégia adotada para o ganho de maior autonomia financeira, com a pluralização de programas de prestação de serviços a entidades governamen-tais e, em especial, o desenvolvimento de projetos com o setor privado, não alcançou as expectativas, grande parte em fun-ção da crise do mercado financeiro de 2008, que travou inves-timentos previstos.

Portanto, 2010 foi um período de revisão de planos, de estraté-gia, de visão gerencial, o que foi muito bom, por ter permitido um importante período de adaptação à nova secretária execu-tiva e mais tempo de familiarização para um conselho renovado.

Isso não implica que coisas não tenham sido feitas, que reali-zações não tenham ocorrido e que o sucesso nos tenha fugido pela porta dos fundos. Houve importantes resultados, tais como a consolidação dos programas dedicados à Mata Atlântica, o apoio do Fundo Amazônia ao Arpa, a integração das agendas de biodiversidade e clima, com o lançamento do Fundo Carbono Suruí, e os novos recursos do GEF para o Cerrado. Iniciamos o Projeto de Capacitação para Fundos Ambientais da América La-tina e África e assinamos o recebimento de recursos de troca de dívida entre os governos brasileiro e americano.

Após 15 anos, o Funbio se renovou para implementar novos pro-jetos e enfrentar as dores e os méritos de seu crescimento.

Pedro Leitão
Presidente do Conselho Deliberativo

2

POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO AMBIENTAL



Um dos principais papéis dos fundos ambientais é trabalhar em parceria com o setor público, especialmente para a consolidação de políticas de conservação. O Funbio se estabeleceu como parceiro estratégico de diferentes órgãos públicos estaduais e federais para viabilizar programas de financiamento ambiental.

2.1. ÁREAS PROTEGIDAS

O financiamento de áreas protegidas é um dos pontos fundamentais para a consolidação e efetividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Funbio tem trabalhado com seus parceiros no cálculo dos investimentos necessários para a manutenção de áreas protegidas no país, bem como identificar fontes de recursos e desenhar instrumentos de planejamento e gestão. O desafio surgiu com o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), cujo aprendizado já está sendo replicado em outras iniciativas.

2.1.1. Programa Áreas Protegidas da Amazônia - Arpa

Em sete anos de atividades, o Arpa já apoiou a criação de 44 unidades de conservação (UCs) abrangendo uma área de 23,9 milhões de hectares, além do estabelecimento e consolidação de 62 UCs em uma área total de 32 milhões de hectares. Atualmente, o programa apoia 64 unidades nos sete estados da Amazônia Legal brasileira.

Em sua segunda fase (2010 a 2013), o Arpa pretende apoiar a criação de mais 13,5 milhões de hectares e consolidar cerca de 32 milhões de hectares. Além do compromisso já firmado com um novo doador, o



BNDES/Fundo Amazônia, no valor de R\$ 20 milhões, na fase II o Arpa poderá contar com aportes de US\$ 15,9 milhões do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, na sigla em Inglês), através do Banco Mundial, € 10 milhões do governo da Alemanha e US\$ 10 milhões do WWF-Brasil. Somadas às contrapartidas dos governos estaduais e federal, o orçamento da segunda fase deve ultrapassar os R\$ 130 milhões em investimentos diretos nas UCs apoiadas.

A partir de 2011 o Arpa focará seus esforços na consolidação das UCs, especialmente apoiando atividades estruturantes. Parte dos custos com manutenção deverá ser coberta pelas instituições gestoras, como os órgãos estaduais de meio ambiente e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que notoriamente vem se estruturando e utilizando novas ferramentas para disponibilização de insumos de uso recorrente pelas UCs, como o cartão combustível. Pretende-se que as UCs consolidadas acessem o Fundo de Áreas Protegidas (FAP), um fundo patrimonial criado para garantir sua manutenção no longo prazo.

 Zé Zuppani

RESUMO DO PROJETO:

O Arpa é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 12% da região amazônica – até 2016. Para isso, apoia a criação e a consolidação de Unidades de Conservação (UCs) de forma descentralizada e participativa, visando à conservação de uma amostra ecologicamente representativa da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região, além de contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. O Funbio é o gestor de seus recursos financeiros, realiza as atividades de aquisições e contratações para as UCs e faz a gestão de ativos do Fundo de Áreas Protegidas (FAP).

TABELA 1 • Recursos previstos para a execução direta da segunda fase do Arpa (valores estimados, convertidos para dólar)

Doador	Recursos previstos (em US\$)	Ano previsto para o contrato
Fundo Amazônia/ BNDES	11,5 milhões	2010
GEF/BM	15,9 milhões	2011
WWF- Brasil	10,0 milhões	2011
KfW	12,5 milhões	2011
Aportes diretos dos governos estaduais e federal	25 milhões	-
Total estimado	74,9 milhões	

Execução e gestão em 2010

Em julho foi finalizado o contrato com o KfW/BMU, cujos aportes totalizaram € 2,8 milhões destinados exclusivamente às UCs de uso sustentável apoiadas pelo programa, investidos especialmente na contratação de consultorias para elaboração de planos de manejo, mobilização de conselhos deliberativos, compra de equipamentos, sinalização e atividades de fiscalização.

Em abril o contrato com o BNDES/Fundo Amazônia garantiu o investimento dos primeiros recursos para a fase II do programa. A primeira parcela no valor de R\$ 5 milhões somente foi liberada no final de outubro, pois dependia especialmente da elaboração e aprovação do POA – Plano Operativo Anual – ferramenta utilizada na gestão do programa.

O POA é elaborado pelos órgãos executores e organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, e

HISTÓRICO

Iniciado em 2003 e previsto para acontecer em três fases, o Arpa é um programa coordenado pelo Governo Federal através do Ministério do Meio Ambiente e conta com uma gama complexa de parceiros, incluindo instituições públicas executoras federal e estaduais, sociedade civil, cooperação técnica e doadores nacionais e internacionais, além do Funbio.

posteriormente aprovado pelo comitê do programa, instância máxima deliberativa do Arpa.

Ao longo do ano, as UCs de proteção integral continuaram recebendo apoio do programa com os recursos doados pelo KfW/BMZ para a primeira fase do Arpa.

Como parte dos procedimentos adotados pelo

Na primeira fase do programa os recursos de investimento foram oriundos de doações dos ministérios alemães para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear (BMU), ambos através do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), do GEF/Banco Mundial e WWF-Brasil, além de U\$S 18 milhões de contrapartida investidos pelo governo brasileiro.

Funbio, foram capacitados em torno de 45 novos analistas ambientais ao longo do ano. Os treinamentos tiveram como foco a gestão e operação de ferramentas utilizadas no Programa, como o sistema cérebro e conta vinculada, espécie de conta conjunta que o Funbio mantém com cada unidade de conservação atendida.

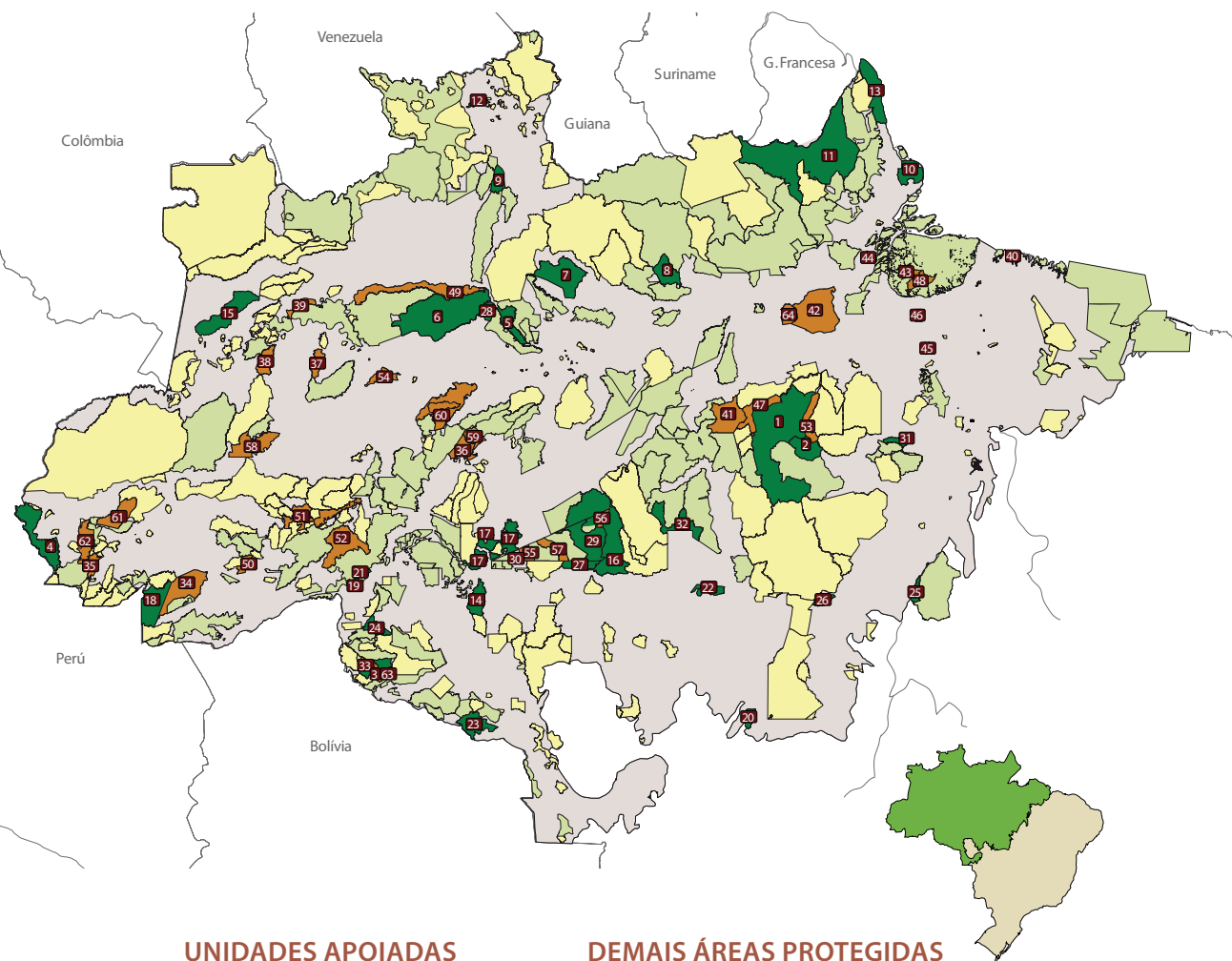
O Arpa, só em sua primeira fase, criou e apoiou um total de 31,5 milhões de hectares, representando 30% da área protegida por Unidades de Conservação no bioma Amazônia.

Isto é muito significativo para o cenário de mudanças climáticas no Brasil” – Adriana Moreira, Especialista Ambiental Sênior em Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial.



Zé Zuppani

Lista das unidades apoiadas pelo programa ARPA



UNIDADES APOIADAS PELO ARPA

- UC de Proteção Integral
- UC de Uso Sustentável

DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS

- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas

BIOMA

- Amazônia

UCs DE PROTEÇÃO INTEGRAL

- 1 - ESEC da Terra do Meio
- 2 - PARNA da Serra do Pardo
- 3 - PARNA Serra da Cutia
- 4 - PARNA da Serra do Divisor
- 5 - PARNA de Anavilhanas
- 6 - PARNA do Jaú
- 7 - REBIO do Uatumã
- 8 - REBIO do Rio Trombetas
- 9 - PARNA do Viruá
- 10 - REBIO do Lago Piratuba
- 11 - PARNA Montanhas do Tumucumaque
- 12 - ESEC de Maracá
- 13 - PARNA do Cabo Orange
- 14 - REBIO do Jaru
- 15 - ESEC Juami-Japurá
- 16 - PARNA do Juruena
- 17 - PARNA dos Campos Amazônicos
- 18 - PE do Chandles
- 19 - ESEC Antônio Mujica Nava
- 20 - ESEC do Rio Ronuro
- 21 - ESEC Serra dos Três Irmãos
- 22 - PE Cristalino I e II
- 23 - PE de Corumbiara
- 24 - PE de Guajará Mirim
- 25 - PE do Cantão
- 26 - PE do Xingu
- 27 - PE Igarapés do Juruena
- 28 - PAREST do Rio Negro - Setor Norte
- 29 - PAREST do Sucunduri
- 30 - PAREST do Guariba
- 31 - REBIO Tapirapé
- 32 - PARNA Rio Novo

UCs DE USO SUSTENTÁVEL

- 33 - RESEX Barreiro das Antas
- 34 - RESEX do Cazumbá-Iracema
- 35 - RESEX do Alto Tarauacá
- 36 - RESEX do Lago do Capanã Grande
- 37 - RESEX do Baixo Juruá
- 38 - RESEX do Rio Jutaí
- 39 - RESEX Auati-Paraná
- 40 - RESEX Maracanã
- 41 - RESEX Riozinho do Anfrísio
- 42 - RESEX Verde para Sempre
- 43 - RESEX Mapuá
- 44 - RDS de Itatupã-Baquía
- 45 - RESEX Ipaú-Anilzinho
- 46 - RESEX Arióca Pruanã
- 47 - RESEX Rio Iriri
- 48 - RESEX Terra Grande-Pracuúba
- 49 - RESEX Rio Unini
- 50 - RESEX Arapixi
- 51 - RESEX Médio Purus
- 52 - RESEX Ituxi
- 53 - RESEX do Rio Xingu
- 54 - RESEX Catuá Ipixuna
- 55 - RESEX do Guariba
- 56 - RDS Bararati
- 57 - RDS Aripuanã
- 58 - RDS Uacari
- 59 - RDS do Rio Amapá
- 60 - RDS Piaguaçu-Purus
- 61 - RESEX do Rio Gregorio
- 62 - RESEX Riozinho da Liberdade
- 63 - RESEX do Rio do Cautário
- 64 - RESEX Renascer

Sustentabilidade Financeira de UCs

Sob responsabilidade do Funbio, o componente de sustentabilidade financeira foi criado dentro do Arpa para identificar e implementar instrumentos financeiros que contribuam para a manutenção das UCs de proteção integral no longo prazo. Além da criação do Fundo de Áreas Protegidas (FAP), contemplou estudos sobre mecanismos que possam gerar recursos para as unidades, seja diretamente, através da exploração de seus ativos, ou indiretamente, via FAP.

Para a segunda fase do Arpa, um novo modelo de gestão ficou acordado para as atividades desse componente, que permanece sob responsabilidade do Funbio, mas conta com a ampliação da participação dos parceiros do Programa, por meio da criação de uma câmara técnica, que apoiará a definição dos objetivos e das agendas temáticas, bem como a execução e a avaliação das atividades.

O Funbio também investiu esforços em 2010 no refinamento da metodologia de cálculo do custo das próximas fases do Arpa, em parceria com o WWF. Esta análise inclui os gastos com investimentos e custos recorrentes para a consolidação das UCs, bem como as previsões de entrada de recursos para o FAP.

Em relação ao FAP, houve o depósito de mais US\$200 mil de O Boticário e US\$200 mil da Natura, encerrando a doação de US\$ 1 milhão que cada instituição fez ao FAP em 2006. O aumento do saldo ocorreu também por valorização dos ativos do Fundo, que fechou o ano totalizando US\$ 28,4 milhões em conta.

Participação Comunitária

Criado para engajar as comunidades do entorno das áreas protegidas em sua conservação, o componente

de participação comunitária do Arpa encerrou sua etapa de apoio a projetos via editais no ano de 2010. Durante a primeira fase do programa, 14 projetos foram selecionados e apoiados, localizados nos entornos dos parques nacionais Serra da Cutia (RO), Jaú (AM) e Serra do Divisor (AC), dos parques estaduais Corumbiara (RO), Cantão (TO) e da Reserva Biológica Jaru (RO). Um montante aproximado de R\$ 2,1 milhões foi destinado a essas iniciativas.

Dos 14 projetos, oito encerraram suas ações em 2009, um teve seu contrato suspenso por conta da baixa

execução e cinco continuaram a implementação em 2010 e serão ainda apoiados em 2011 com recursos do Fundo Amazônia, para o fechamento de suas atividades (ver tabela 2).

Os parceiros e doadores do Arpa ainda estão discutindo como serão realizadas as ações de envolvimento das comunidades locais e entorno durante a segunda fase do programa. A experiência com os projetos financiados levaram o programa a pensar em novas possibilidades de apoio, que não sejam estritamente por meio de chamada de projetos.

TABELA 2 • Projetos do subcomponente participação comunitária implementados em 2010

Projeto	Executor	UC/Estado	Valor já desembolsado (em R\$)	Apoio do Fundo Amazônia	Valor total do projeto (em R\$)
1. Gestão sustentável dos recursos naturais do entorno do Parna Jaú: uma proposta de equilíbrio entre proteção ambiental e fortalecimento cultural.	Fundação Vitória Amazônica (FVA)	Parna Jaú (AM)	298.307	99.435	397.743
2. Experiências indígenas e seringueiras no entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor.	Comissão Pró-Índio do Acre - CPI	Parna Serra do Divisor (AC)	132.190	37.270	169.460
3. Desenvolvimento Sustentável do Distrito de Rolim de Moura do Guaporé.	Associação Comunitária de Guias de Turismo Ecológico, Motoristas Fluviais e Conservadores do Rio Guaporé e seus Afluentes - Ecomeg	PE Corumbiara (RO)	146.250	48.750	195.000
4. Projeto de apoio à produção, capacitação e organização social	Organização Indígena Padereehj	Rebio Jaru (RO)	42.583	127.745	170.332
5. Plantando uma semente e colhendo uma consciência	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha PA-13 (AMAPA)	Rebio Jaru (RO)	95.667	68.245	163.912

2.1.2. Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro - Fundo da Mata Atlântica do Rio de Janeiro – FMA/RJ

O FMA foi inspirado na experiência do programa Arpa, dando mais agilidade, eficiência e transparência à execução de projetos voltados para parques e reservas no estado do Rio de Janeiro.

O mecanismo opera com quatro carteiras, sendo a mais significativa a destinada à execução de projetos com recursos de compensação ambiental de grandes empreendimentos. Também fazem parte das operações do FMA doações nacionais e internacionais e um fundo fiduciário, permanente, para assegurar as despesas recorrentes das Unidades de Conservação.

Durante sua fase piloto, concluída em março, foram alocados cerca de R\$3,1 milhões na carteira da compensação ambiental e R\$ 427 mil na de doações. Com a renovação do convênio entre o Funbio e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ), foram contratados mais R\$ 14,5 milhões em investimentos nas áreas protegidas, em projetos aprovados pela Câmara de Compensação do estado. Entre as atividades financiadas estão: regularização fundiária, planos de manejo, delimitação dos parques, obras de infraestrutura física e equipamentos.

RESUMO DO PROJETO:

Criado para potencializar os investimentos ambientais no estado do Rio de Janeiro, o Fundo da Mata Atlântica (FMA) inovou ao constituir um mecanismo privado para a gestão de compensações ambientais, regulamentadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei N. 9.985/00). O Funbio foi responsável por sua modelagem e etapa piloto. O sucesso da iniciativa garantiu a renovação da parceria entre a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ) e o Funbio para sua operação por um período de mais três anos, a partir de 2010. Até o final de 2010 o FMA já contabilizava aproximadamente R\$ 115 milhões em contratos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do estado.

TABELA 3 • Projetos e valores investidos pelo FMA com recursos do termo de compromisso com a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) em 2010

Projetos	Recursos executados (Em R\$)
Reforço Operacional da Unidade de Coordenação das Compensações - UCC	252.836
Estrutura do Núcleo de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral administradas pelo IEF/RJ - NUREF	103.983
Estrutura do Núcleo de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral Administradas pelo IEF/RJ - NUREF 2	2.137.981
Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN	29.458
Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN 2	1.591.971
Revisão do Plano de Manejo da APA Tamoiós	98.893
Elaboração do Projeto Executivo de Requalificação da ligação terrestre entre as Vilas do Abraão e Dois Rios na Ilha Grande	249.398
Elaboração de Plano de Ocupação e Projeto Executivo Completo para Implantação da Subsede Teresópolis do Parque Estadual dos Três Picos	200.000
Regularização Fundiária	535.680
Reconhecimento Fundiário da APA do Rio Guandu	200.000
Definição de categoria de Unidade de Conservação na Natureza, para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e pela Área Estadual de Lazer de Paraty - Mirim	249.373
Conclusão das obras de infraestrutura física do alojamento de pesquisadores, recuperação das edificações existentes (sede administrativa e centro de visitantes), implantação de infraestrutura urbana paisagística e construção de alojamento destinado aos guarda-parques na Estação Estadual Ecológica do Paraíso	1.068.780
Elaboração de Projeto Executivo de Reforma e Construção de Infraestruturas para a Sede da Reserva Biológica de Araras - RBA	60.000
Elaboração de Projeto Executivo de Reforma e Construção de Infraestruturas para a Sede da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba - RBAG	62.000
Elaboração de Projeto Executivo de Construção de Infraestrutura para a Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia - PESC	90.000
Cercamento e Sinalização da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba – RBAG	853.683
Programa de Implantação e Fortalecimento do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis - RJ	1.298.531
Delimitação de Unidades de Conservação Municipais - Escala 1:25.000	4.466.030
Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Itatiaia	565.061
Elaboração do Plano de Manejo e Estruturação da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Guandu	409.145
Total	14.522.809

2.1.3. Programa de Sustentabilidade das Unidades de Conservação do Cerrado

Este projeto contemplou a criação de um mecanismo financeiro para as UCs do bioma Cerrado. Foram feitos estudos sobre como os aspectos micro e macroeconômicos afetam tanto a pressão sobre as UCs, quanto a possibilidade de expansão do sistema de unidades de conservação. Foram consideradas também as principais atividades econômicas que põem em risco a conservação do Cerrado, como a agricultura, a pecuária extensiva, a mineração, a geração de energia hidrelétrica e produção de carvão.

As estimativas preliminares de investimento, levando em conta o uso racional dos recursos, chegam a números da ordem de R\$ 280 milhões, considerando: 10 anos de projeto; a criação, consolidação e manutenção de 36 novas UCs (maiores que 400 mil hectares cada); a consolidação e manutenção de 18 UCs já existentes (maiores que 100 mil hectares cada); a implementação de programas de melhoria da gestão e de geração receita; e um componente de valoração e divulgação dos serviços ambientais prestados pelas UCs.

Vale ressaltar que a proposta enfatiza também a melhoria da gestão das UCs, tanto em termos das unidades individuais quanto dos órgãos gestores.

RESUMO DO PROJETO:

A parceria entre o Funbio e a organização ambientalista The Nature Conservancy (TNC), iniciada em 2008, com aporte de US\$ 80 mil da TNC, realizou estudos que subsidiaram a construção de uma estratégia para a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação do bioma Cerrado. O trabalho foi concluído em 2010 e teve como resultado a estruturação do Programa de Sustentabilidade das UCs do Cerrado.

Fernando Tatagiba 

A melhoria da capacidade de gestão permitirá um essencial salto de qualidade na efetividade das unidades nacionais.

O programa prevê a instalação de um mecanismo financeiro que possa financiar a conservação de pelo menos 10% do Cerrado, e garanta a sustentabilidade das UCs no longo prazo. O estudo recomenda que esse mecanismo seja privado, mas com governança público/privada, o que permitirá maior flexibilidade na gestão e no uso dos recursos. Prevê, também, que as fontes de financiamento sejam de origem diversa: públicas (orçamentárias e extra-orçamentárias), privadas (nacionais e internacionais, voluntárias ou compulsórias), multilaterais ou oriundas do pagamento por serviços ambientais e das aplicações financeiras do próprio fundo.

Para que o programa seja colocado em operação, entretanto, será necessário obter recursos financeiros, ainda que para uma fase piloto, conforme prevê o estudo. A captação de recursos para o projeto, feita pela TNC, já foi iniciada em 2010 e será determinante para a continuidade da iniciativa.



COMPONENTES DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DAS UCS DO CERRADO

1. Ampliação das áreas protegidas por Unidades de Conservação.
2. Aperfeiçoamento da gestão nas UCs, incluindo seus sistemas e subsistemas.
3. Consolidação das UCs do Cerrado.
4. Sustentabilidade financeira do sistema de UCs
5. Reconhecimento e valoração dos serviços ambientais prestados pelas UCs.
6. Gestão do projeto.

2.1.4. Fundo do Mar

O Fundo do Mar mobiliza um grupo formado por especialistas, representantes do governo, de universidades e de ONGs na discussão de um programa cuja prioridade é a criação e a implementação de sistemas de Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas (ACMPs). O objetivo do projeto é contribuir para a proteção de 10% das zonas costeira e marinha do Brasil, incluindo áreas de exclusão de pesca, Unidades de Conservação e outras formas de conservação e uso sustentável dessas regiões.

Para submeter o projeto ao apoio do GEF, o Funbio, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, elaborou a nota conceitual da proposta, que está sendo discutida com parceiros não governamentais e do setor privado. A expectativa é que as negociações se encerrem até o final de 2011 para que o programa comece em 2012.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO FUNDO DO MAR

1. Detalhar e selecionar áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade costeira e marinha.
2. Apoiar a criação de novas áreas marinhas protegidas.
3. Apoiar a implementação de áreas marinhas protegidas.
4. Criar mecanismos financeiros para financiar os sistemas de ACMPs no longo prazo.
5. Monitorar os resultados do projeto, em seus aspectos físico, financeiro e da biodiversidade nos sistemas de ACMPs.



RESUMO DO PROJETO:

Tem por objetivo formular um Programa de Apoio a Sistemas Representativos e Efetivos de Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas (ACMPs), estabelecidos em regime de mosaico. Trata-se de um plano de ação amplo, com várias agendas integradas, e que deve ser implementado em conjunto com o Governo Federal, parceiros da sociedade civil e empresas.

Camila Monteiro 

2.2. CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES E BIOMAS

Criado para colaborar com a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil, o Funbio tem desenvolvido soluções para o financiamento e a melhoria da gestão de programas de conservação da biodiversidade. Ao longo de seus 15 anos investiu em projetos de conservação da biodiversidade, recuperação e manejo sustentável de ecossistemas naturais e valorização e reconhecimento de populações locais.

além do repasse de R\$ 500 mil para a criação de 43 novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e para o custeio de planos de manejo de 15 dessas unidades. Também financiou sete projetos de negócios sustentáveis e biodiversidade, destinando um total de R\$ 800 mil para essas iniciativas.

Além disso, um saldo de R\$ 50 mil da primeira fase permitiu apoiar, em 2010, o projeto “Conservação do papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), litoral do Paraná”, desenvolvido pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), através do **Banco de Projetos** da Carteira Fauna Brasil.

TABELA 4 • Editais abertos pelo AFCoF II em 2010

Edital	Temas	Responsável	Nº projetos aprovados	Valor aportado (em R\$)
IX Edital	Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica	Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy (TNC)	21	330.000,00
Chamada 03/2010	Criação ou ampliação de UCs estaduais e municipais	Funbio	5	674.590,31
Chamada 04/2010	Pagamentos por serviços ambientais (PSA) de água, carbono e biodiversidade.	Funbio	8	2.427.143,70
Chamada 05/2010	Criação ou ampliação de UCs públicas, elaboração de planos municipais de conservação, regularização ambiental de imóveis rurais e viabilização de projetos de PSA	Funbio	Seleção em andamento	4.300.000,00*
				Total aportado via editais R\$ 7.731.734,01

* Valor total disponibilizado.

2.2.1. Fundo para a Conservação da Mata Atlântica

Em sua primeira fase, o AFCoF (sigla para Atlantic Forest Conservation Fund) recebeu recursos da ordem de 2 milhões de euros que permitiram a aquisição de equipamentos para 12 Unidades de Conservação federais, 36 estaduais (22 no Rio de Janeiro e 14 em Minas Gerais) e uma municipal (em Teresópolis, RJ),

RESUMO DO PROJETO:

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o projeto Proteção da Mata Atlântica II, iniciado em 2010, marca a segunda fase do AFCoF. Com duração prevista de três anos, tem por objetivo contribuir para a proteção, o manejo sustentável e a recuperação da Mata Atlântica, e contará com aporte de 6,5 milhões de euros. O AFCoF é financiado pela Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI, na sigla em Alemão), do Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). Prevê apoio técnico da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e suporte financeiro por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha – KfW Entwicklungsbank. No Brasil, tem seus recursos gerenciados pelo Funbio.

Proteção da Mata Atlântica II

Com duração prevista de três anos, a segunda fase do AFCoF foi iniciada em 2010 com o objetivo de contribuir para a proteção, o manejo sustentável e a recuperação da Mata Atlântica. O projeto está estruturado em quatro componentes: ampliação e consolidação do sistema de unidades de conservação (UCs); serviços ambientais; monitoramento da biodiversidade e de mudanças climáticas; desenvolvimento de capacidades e competências (entidades públicas e privadas).

O Funbio lançou três editais do AFCoF II em 2010. A primeira chamada (03/2010), divulgada em julho, aprovou cinco projetos destinados à criação ou ampliação de UCs estaduais e/ou municipais na Mata Atlântica. Os projetos aprovados terão duração máxima de 18 meses e realizarão estudos técnicos, bem como consultas públicas para dez UCs (seis novas áreas protegidas e ampliação de quatro já existentes). Estima-se que quase 50 mil hectares de Mata Atlântica poderão ser preservados com esse apoio do AFCoF II.

O edital seguinte (04/2010) foi lançado em agosto e teve como objetivo apoiar projetos ligados à temática de pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção da água e biodiversidade, bem como de redução de emissão e fixação de carbono. Das 44 propostas recebidas, oito foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Funbio. Juntas elas receberão um montante aproximado de R\$ 2,4 milhões.

Em dezembro, um novo edital (05/2010) para utilização dos recursos remanescentes foi lançado, contemplando quatro temas: criação ou ampliação de UCs públicas municipais e/ou estaduais; elaboração de planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica; regularização ambiental de imóveis rurais; e viabilização de projetos de PSA. O resultado deve ser divulgado em abril de 2011.

No segundo semestre de 2010, o Funbio ainda destinou recursos do AFCoF II ao Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio

Natural (RPPNs) da Mata Atlântica, coordenado pelas ONGs Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy (TNC). A partir de edital lançado por estas instituições, o Funbio participou da avaliação técnica que selecionou 21 propostas para criação de RPPNs em sete estados (Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Sergipe). Esse apoio deve resultar na proteção de quase 14 mil hectares de Mata Atlântica.

TABELA 5 • Organizações e projetos aprovados na chamada 03/2010 – Projeto Mata Atlântica II – AFCoF II – Componente 1 – UCs estaduais e municipais.

Proponente	Projeto	Estado	Valor do apoio (em R\$)
Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais	Inclusão e ampliação da proteção de áreas de ecótono da floresta ombrófila mista - floresta ombrófila densa em quatro UCs de proteção integral na Serra do Mar paranaense.	Paraná	259.770
Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica - Ipema	Apoio à criação de unidades de conservação no estado do Espírito Santo: um processo participativo integrando as comunidades locais.	Espírito Santo	240.000
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi	Estudo para a criação de UC no município de Vitor Meireles, SC.	Santa Catarina	47.453
Associação para a Conservação das Aves do Brasil - Save Brasil	Proteção da Mata Atlântica na região serrana do Espírito Santo: Caetés - prioridade para a conservação de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.	Espírito Santo	79.134
Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais - Pro-Natura	Criação do Monumento Natural Municipal da Pedra do Picu - Itamonte	Minas Gerais	48.232
Valor total aprovado			674.590

TABELA 6 • Organizações e projetos aprovados na chamada 04/2010 – Projeto Mata Atlântica II – AFCoF II – Componente 2 – Pagamento por Serviços Ambientais.

Proponente	Projeto	Estado	Valor do apoio (em R\$)
Instituto Socioambiental - ISA	Floresta e Água: experiências de pagamentos por serviços ambientais no Vale do Ribeira	São Paulo	488.710
Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE	Carbono Vivo: Mosaicos de Carbono	Pernambuco	236.668
Fundação Neotrópica do Brasil - FNB	Produtores de Biodiversidade: mercado voluntário para PSA de biodiversidade na bacia hidrográfica do Rio Formoso, em Bonito, Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	341.530
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste - Cepan	Água do Parque: proposta de um projeto de pagamento por serviços ambientais prestados pelo Parque Estadual de Dois Irmãos (PE)	Pernambuco	245.690
Instituto Xopotó	Agente Ambiental - fase III	Minas Gerais	223.822
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA	Agroecologia e Biodiversidade: em busca da sustentabilidade (MG)	Minas Gerais	233.474
The Nature Conservancy - TNC	Produtor de Águas do Rio Camboriú	Santa Catarina	249.969
Instituto Floresta Viva	Serviços ambientais na região do Parque Estadual da Serra do Conduru, Sul da Bahia	Bahia	407.279
Valor total aprovado			2.427.143

Renata Zambianchi

O AFCoF II também apoiou em 2010 ações do Ministério do Meio Ambiente e da Agência de Cooperação da Alemanha (GTZ) para fortalecer o monitoramento da Mata Atlântica e capacitar organizações públicas e privadas que atuam no bioma. Uma das principais atividades previstas é a construção da Estratégia para o Monitoramento Remoto da Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos da Mata Atlântica. Para estruturar essa estratégia, em 2010 o AFCoF financiou a aquisição de imagens de satélite, o levantamento dos remanescentes florestais, a realização de um estudo sobre as lacunas e áreas prioritárias para a proteção das fitofisionomias e o resgate e digitalização do levantamento e de uso e cobertura do solo do Brasil.

UM TESOURO EM EXTINÇÃO
 A Mata Atlântica é um bioma brasileiro que originalmente ocupava quase toda a costa oriental do Brasil, ou seja, aproximadamente 1,3 milhões de km², cerca de 15% do seu território. Abrange perto de 3.200 municípios, em 17 estados e abriga as maiores cidades do país. Nesta região vivem cerca de 120 milhões de brasileiros e são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro. Hoje, possui apenas 7,5% de sua área original, de fragmentos florestais bem conservados e maiores que 100 hectares. Apesar da perda considerável de espécies, a Mata Atlântica ainda é considerada um dos biomas com maior biodiversidade de todo o planeta.

2.2.2. Carteira Fauna Brasil

Uma das ações mais relevantes no ano de 2010 foi o lançamento do banco de projetos da Carteira Fauna Brasil, disponível no site www.faunabrasil.org.br. O banco é um espaço destinado às instituições que queiram inscrever projetos de conservação de fauna para se habilitarem a receber recursos por meio da Carteira.

Os projetos inscritos devem atender a critérios como: possuir vínculo direto com a conservação da fauna e dos recursos pesqueiros brasileiros, enquadrar-se em uma das linhas temáticas apoiadas pela Carteira, e solicitar valor entre R\$ 50 mil e R\$ 250 mil.

A cada três meses, quando ocorre a reunião da Comissão Técnica de Fauna – formada por representantes do Funbio, Ibama, ICMBio e Ministério Público Federal –, os projetos são avaliados e podem ser incluídos na “Vitrine de Projetos”, que tem por objetivo oferecer aos interessados projetos pré-selecionados para apoio.

Até o final de 2010 o Banco de Projetos já contabilizava 30 projetos inscritos e nove recomendados à Vitrine pela Comissão Técnica de Fauna. Desses nove, o primeiro escolhido para receber financiamento foi o “Projeto de conservação do papagaio-de-cara-roxa”, submetido pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Os recursos para este apoio vieram de uma doação de R\$ 50 mil feita pelo Fundo de Conservação da Mata Atlântica (na sigla em Inglês, AFCoF), com autorização do KfW, para complementar as atividades do projeto por aproximadamente um ano.

RESUMO DO PROJETO:

Criada em 2006, a partir de Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo Funbio, Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com a interveniência do Ministério Público Federal, a Carteira Fauna Brasil tem o objetivo de captar recursos de sanções penais, multas administrativas ambientais e doações, para investimento direto em ações de conservação da fauna e dos recursos pesqueiros brasileiros. Em 2010, a Carteira Fauna deu continuidade ao financiamento de sete projetos de pesquisa e conservação de fauna marinha, aprovou o apoio a mais um projeto (com recursos de doação do AFCoF) e lançou o Banco de Projetos da Carteira Fauna Brasil.

TABELA 7 • Projetos apoiados pela Carteira Fauna até 2010

Projeto	Executor	Valor executado até 2010	Valor total do projeto (em R\$)
Avaliação da ocorrência e distribuição de mamíferos marinhos através de levantamentos aéreos. Projeto encerrado.	Centro Nacional de Mamíferos Aquáticos (CMA/ICMBio)	383.950	386.500
Capacitação técnica de médicos veterinários.	CMA/ICMBio	109.970	245.265
Encontro nacional de observadores de biota-prospecção sísmica.	CMA/ICMBio	93.036	158.235
Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Brasil) – REMAB & Sistema de Monitoramento de Mamíferos Marinhos – SIMMAM.	CMA/ICMBio	88.985	110.000
Capacitação de equipe técnica para análise dos dados de monitoramento de tartarugas marinhas via satélite. Projeto encerrado.	Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas (TAMAR/ICMBio)	22.716	23.980
Qualificação dos diagnósticos de encalhes de tartarugas marinhas.	TAMAR/ICMBio	750.167	875.979
Agregações reprodutivas de peixes recifais no Brasil: subsídio para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo.	Pró-Arribada - Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO/ICMBio)	274.174	899.920
Conservação do papagaio-de-cara-roxa (<i>Amazona brasiliensis</i>), litoral do Paraná.	SPVS	23.000	50.000
Valores totais executados e já comprometidos com os projetos		1.745.998	2.749.879

LINHAS TEMÁTICAS DE ATUAÇÃO DA CARTEIRA FAUNA BRASIL

- Conservação de espécies ameaçadas de extinção ou migratórias.
- Uso sustentável de espécies nativas.
- Manejo de espécies invasoras.
- Desenvolvimento da capacidade técnica para conservação e uso sustentável da fauna e dos recursos pesqueiros.

2.2.3. Projeto Polinizadores

O Brasil foi um dos seis países convidados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em Inglês) a fazer parte do “Projeto de conservação e manejo de polinizadores para uma agricultura sustentável através de uma abordagem ecossistêmica”, conhecido como Projeto Polinizadores. O projeto investe recursos no pagamento de bolsas de estudo a estudantes e filhos de agricultores que trabalham no campo, no estabelecimento de uma rede de taxonomia e na capacitação de agricultores em práticas agrícolas sustentáveis.

Uma das principais ações do projeto em 2010 foi a discussão dos protocolos e metodologias que serão adotados. Especialistas em polinização, taxonomia, monitoramento, agricultura ecológica, redes e tecnologia da informação de diferentes regiões do Brasil se reuniram em Brasília para a “1ª Reunião de Consulta Nacional da Iniciativa Brasileira de Polinizadores”.

No mês de novembro de 2010, aconteceu em Gana, na África, o segundo encontro do Comitê Internacional Coordenador do Projeto. O principal objetivo foi o nivelamento de informações entre os países e o monitoramento da execução dos projetos por cada um dos sete países que compõem a iniciativa: Brasil, Índia, Paquistão, África do Sul, Quênia, Nepal e Gana.

Márcia Rêgo



Polinização é a transferência de pólen entre os órgãos masculino e feminino das plantas, o que possibilita sua reprodução. Abelhas, borboletas, mariposas, pássaros e morcegos estão entre os polinizadores mais populares, que realizam este importante serviço ambiental. A polinização beneficia tanto as plantas silvestres, quanto os cultivos necessários à produção de alimentos, fibras, energia e matéria-prima para roupas e medicamentos para a sociedade. Os polinizadores precisam de áreas conservadas para se reproduzirem, o que demonstra a relação direta entre conservação da biodiversidade e segurança alimentar.

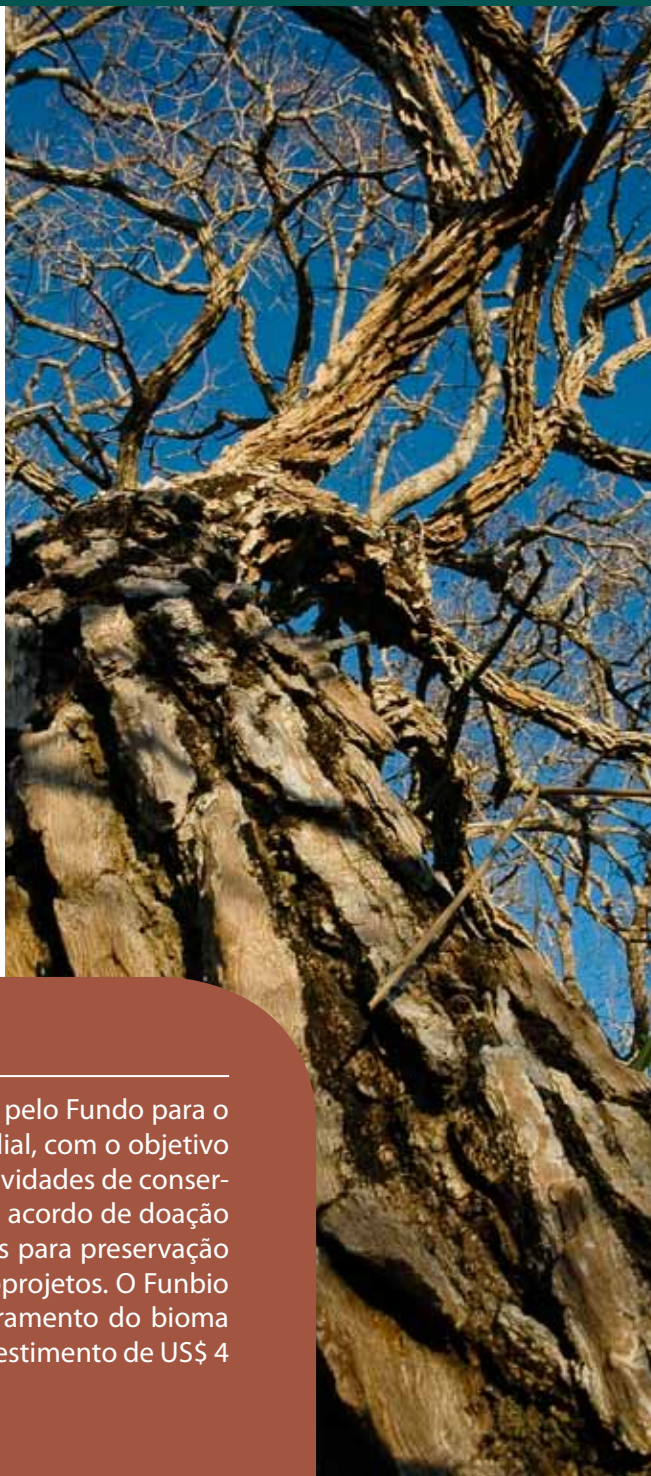
RESUMO DO PROJETO:

Iniciativa da FAO, com financiamento do GEF, tem por objetivos consolidar uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização; promover a efetiva conservação e uso sustentável dos polinizadores para a agricultura; ampliar a capacidade dos agricultores e pequenos proprietários de terras em conservarem e o utilizarem de forma sustentável os polinizadores; gerar políticas públicas e conscientização da população. No Brasil, a coordenação técnica está a cargo do MMA e o Funbio é responsável por sua execução financeira e acompanhamento técnico. Tem valor total de US\$ 3,5 milhões e duração prevista de cinco anos.

2.2.4. Iniciativa Cerrado Sustentável

Investir na implementação de novas políticas ambientais, bem como no fortalecimento de instituições públicas e da sociedade civil envolvidas com a conservação ambiental, a expansão de áreas protegidas e o desenvolvimento de um sistema de monitoramento do bioma são as principais metas da Iniciativa Cerrado Sustentável. O acordo de doação foi assinado pelo GEF no final de 2010, quando o projeto deu início à implementação dos seus quatro subprojetos, que serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelos governos de Goiás e Tocantins.

O Funbio é responsável pela gestão financeira do subprojeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado”, do MMA, cuja finalidade é desenvolver uma estrutura política para o Cerrado que contribua para a conservação da biodiversidade em mais de 20% do bioma, aumentando-a em pelo menos quatro regiões prioritárias.



RESUMO DO PROJETO:

A Iniciativa Cerrado Sustentável é um projeto financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), por meio do Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a valorização do Cerrado através de atividades de conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável. O acordo de doação foi assinado em 2010 e serão destinados US\$ 13 milhões para preservação do bioma que serão executados por meio de quatro subprojetos. O Funbio é o gestor financeiro do subprojeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado”, implementado pelo MMA, que receberá um investimento de US\$ 4 milhões, para quatro anos de projeto.

FUNBIO GERENCIA RECURSOS DO FUNDO CRIADO COM TROCA DE DÍVIDA

Em agosto de 2010 o governo brasileiro assinou um acordo com o governo dos Estados Unidos, por meio da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês), para trocar dívida por conservação de florestas. O acordo prevê a destinação de US\$ 21 milhões que seriam usados para o pagamento de uma dívida referente a empréstimos contraídos na década de 1960 para a criação de um fundo que financiará ações de conservação na Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. O Funbio foi convidado a ser o gestor financeiro desses recursos.

Programas de preservação de áreas ameaçadas, conservação de áreas de preservação permanente e desenvolvimento de atividades sustentáveis para comunidades locais poderão ser apoiados pelo fundo, que começa a operar em 2011.

3

SETOR PRIVADO E BIODIVERSIDADE



A perda de biodiversidade é um fenômeno que se agrava com grande velocidade e sinaliza prejuízos ambientais, econômicos e sociais. Para o Funbio é preciso envolver todos os segmentos da sociedade no desafio de redução das ameaças que colocam em xeque o futuro dos habitats e, conseqüentemente, a sobrevivência e o bem estar humanos.

O Funbio tem buscado ampliar o diálogo e as parcerias com representantes de empresas que atuam no Brasil, visando à consolidação de um modelo produtivo menos impactante para o meio ambiente.

3.1. TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

O Funbio trabalha para identificar territórios que conjugam paisagens produtivas e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. O objetivo é gerir de forma integrada as agendas econômica, social e ambiental, com a participação do setor produtivo, que tanto impactam quanto necessitam dos recursos naturais e serviços ambientais.

3.1.1. Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade – Probio II

Ao longo de 2010 foi realizada a prospecção de territórios para a atuação do Probio II. O Funbio visitou a Chapada do Araripe, na divisa dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, onde o uso intensivo de lenha foi identificado como uma oportunidade para ações voltadas para o manejo florestal sustentável.

A região é classificada como área prioritária para

conservação da biodiversidade da Caatinga, e uma das porções mais industrializadas do interior do Ceará, abrigando setores produtivos expressivos como o pólo calçadista (o terceiro maior do Brasil), o oleiro-cerâmico e o de sucos. Já no estado de Pernambuco, há o pólo gesso do Araripe, responsável pela produção de 95% do gesso do Brasil.

A matriz energética destes setores é composta pela eletricidade, derivados do petróleo e, especialmente, a lenha. Neste território, a mudança proposta pelo Probio II tem como foco o manejo florestal para a produção sustentável de lenha. Foram realizadas reuniões com a Fundação Araripe, Ibama/PE, Assogesso e SEBRAE de Araripina/PE e espera-se que sejam desenvolvidos subprojetos junto aos produtores de gesso da região.

O Funbio também acompanhou o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, formado por representantes de diferentes segmentos que integram a cadeia produtiva da carne bovina no Brasil. O objetivo é definir princípios e padrões comuns a serem adotados pelo setor, que garantam o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável.

O Funbio participou de reuniões técnicas e colaborou para a elaboração de uma proposta para o fortalecimento da pecuária no Pampa, em parceria

com o Ibama/RS. Também iniciou uma negociação com o WWF-Brasil para elaboração de um projeto para a pecuária sustentável no Pantanal, e com a TNC para uma possível parceria na região oeste da Bahia, área de expansão da soja no bioma Cerrado.

Gestão informatizada

Para organizar e mapear geograficamente as informações dos territórios para o Probio II, o Funbio desenvolveu capacidade interna para tratamento de dados georreferenciados via Sistema de Informações Geográficas (SIG). Também adaptou seu sistema de gerenciamento de projetos – conhecido como Cérebro – e o disponibilizou para os parceiros do Probio II.

O Funbio é ainda responsável pela implementação da Base de Conhecimento do Probio II, um sistema online de colaboração sobre diversos temas, que facilitará a troca de informações entre as organizações parceiras, além do registro e consolidação do conhecimento adquirido na implementação do projeto. Em 2010 foi definida a plataforma de operação, a estratégia de uso da base e iniciou-se o desenvolvimento do sistema, que deve ser lançado em 2011.

RESUMO DO PROJETO:

O Probio II tem como objetivo demonstrar a viabilidade da transformação dos modelos atuais de produção, ocupação e consumo no País, nos setores públicos e privados. O Funbio é responsável pelas ações de engajamento do setor privado, para que este priorize a integração (transversalização) da conservação e uso sustentável da biodiversidade em suas estratégias de planejamento e práticas em paisagens produtivas. O projeto tem financiamento do GEF, por meio do Banco Mundial, que aportará um montante de US\$ 22 milhões para a iniciativa. O Funbio repassará US\$ 6 milhões para projetos em parceria com o setor privado até 2013.

3.1.2. Fundo Juruti Sustentável

O ano de 2010 marcou o início da implementação dos projetos aprovados no primeiro edital do Funjus. Das 67 cartas consulta recebidas na primeira etapa da seleção, 41 se transformaram em projetos apresentados ao Fundo por organizações de Juruti e região, dos quais 21 foram selecionados e juntos receberão recursos da ordem de R\$ 510 mil. Um montante aproximado de R\$ 300 mil foi desembolsado em 2010.

Um dos objetivos principais do edital 01/2009 era verificar o perfil da demanda por recursos no município, como subsídio para o planejamento das próximas estratégias de financiamento do Funjus. O resultado mostrou um cenário de projetos de curto prazo, voltados para criação de alternativas de geração de renda e propostos majoritariamente por organizações de base comunitária. Tendo em vista este panorama, o Funbio e a Alcoa iniciaram ainda em 2010 a discussão sobre a continuidade do Funjus e próximas chamadas de projetos, para uso dos recursos que ainda estão disponíveis no fundo, que totalizam R\$ 1,9 milhão, contabilizando os rendimentos do período.

RESUMO DO PROJETO:

Com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento local que integrem aspectos ambientais, econômicos e sociais, foi lançado, em maio de 2009, o Fundo Juruti Sustentável (Funjus). Fruto de uma parceria entre o Funbio e a Alcoa, o Funjus aprovou 21 projetos em seu primeiro edital, com duração máxima de 18 meses a partir de março de 2010. Essa fase-piloto da iniciativa tem como objetivo adequar seu desenho e funcionamento ao contexto socioeconômico e ambiental do município paraense de Juruti, na Amazônia, testando a capacidade de resposta da sociedade onde a empresa opera uma mina para extração de bauxita.

TABELA 8 • Projetos apoiados pelo Edital 01/2009, do Funjus, em 2010

Organização	Projeto	Valor desembolsado em 2010 (em R\$)	Valor do projeto (em R\$)
1. ACEJ - Associação Comercial e Empresarial de Juruti	Programa 5S - Juruti	39.050	39.050
2. APRAPAEB - Associação dos produtores rurais e pescadores artesanais assentados no projeto agroextrativista Balaio	Juruti Pescados	19.540	49.940
3. APRAPAEVID - Associação dos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais Assentados no Projeto de Assentamento Agroextrativista Valha-me Deus	Pesca Milagrosa: criação de tambaqui em tanques-rede	19.200	50.000
4. APROFASP - Associação dos produtores rurais das comunidades Santa Terezinha e Lago Preto	Cheiro Verde	6.840	9.995
5. ASPROSEIS - Associação dos produtores rurais familiares Seis Unidas	Criação de tambaqui em tanques-rede	2.800	10.000
6. ASPEFANGE - Associação dos produtores rurais familiares Nova Galiléia e Nova Esperança em Tanques-Rede	100% Curupira: criação de tambaqui	2.800	10.000
7. ASPROFAGU - Associação dos Produtores Familiar Grupos Unidos	100% Adelinos: criação de tambaqui em tanques-tede	10.000	10.000
8. ASPROFAGU - Associação dos Produtores Familiares Grupos Unidos	Consolidação e fortalecimento de associações na região do lago Juruti Velho	10.000	10.000
9. APROFASP Associação dos produtores rurais das comunidades Santa Terezinha e Lago Preto	Consolidação e fortalecimento de associações na região do Planalto	4500	10.000
10. ASPRUFARSHI - Associação dos produtores familiares da região de Santo Hilário	Estruturação de hortas familiares das comunidades da região de Santo Hilário	7.258	9.998
11. ABOMS - Associação Beneficente Promocional Bom Samaritano	Construindo e Alimentando com Qualidade	49.879	49.879
12. Associação Brasileira para a Conservação das Tartarugas	Puxiram dos Curumins: I Encontro do Clubinho da Tartaruga	0,00	50.000
13. ACMBR - Assoc. Comunitária dos Moradores do Bairro Santa Rita	Da Rua à Cultura	21.818	49.997
14. Associação dos Artesãos de Juruti	Projeto Tucumã	28.248	49.063
15. Associação dos Produtores da Comunidade de Araçá Preto	Apoio aos produtores de hortaliças orgânicas	9.908	9.908
16. Associação dos Produtores da Comunidade de São Brás	Criação de abelhas nativas da comunidade	9.998	9.998
17. Associação dos Produtores Rurais de São José do Curumucuri	Apoio aos avicultores da comunidade S. J. do Curumucuri	9.991	9.991
18. Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São Pedro	Geração de criação de galinha poedeira	9.973	9.973
19. Comunidade de São Benedito	Amarrando Sonhos	4.100	10.000
20. CTPJ - Associação dos Produtores Rurais Familiares das Comunidades de Três Vistas, Capiroanga, Pompom, Pau D'arco e Jauari	Estruturação e adequação de Casa de Farinha	9.998	9.998
21. MOPEBAM - Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas	Acordo de Pesca Lago Grande e Curuai	32.571	50.000
Total desembolsado e comprometido com o projeto		308.473	517.792

As bases para a criação de um modelo de desenvolvimento local focado na sustentabilidade foram construídas a partir de uma parceria entre a Alcoa, o Funbio e o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas. Além do Funjus, o chamado Tripé Juruti Sustentável é composto pelo Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e por indicadores de sustentabilidade definidos a partir de prioridades indicadas pela própria sociedade local.

Apoio complementar da Alcoa Foundation

Na reunião para o julgamento dos projetos concorrentes ao edital 01/2009 do Funjus, ficou acordado que seria papel dos membros do Conjus e da Secretaria Executiva buscar novos financiadores para os projetos que não foram selecionados, mas que apresentavam qualidade e relevância para o desenvolvimento sustentável de Juruti. Assim, a Alcoa Foundation foi procurada e disponibilizou uma doação de US\$ 50 mil em recursos complementares.

TABELA 9. Projetos apoiados pela Alcoa Foundation em 2010

Organização	Projeto	Valor desembolsado em 2010 (em R\$)	Valor total do projeto (em R\$)
1. ASPRUFARSHI – Associação dos Produtores Rurais Familiares da Região do Santo Hilário	Estruturação de hortas familiares das comunidades da região de Santo Hilário	7.258	9.998
2. ASPROFASP – Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Santa Terezinha e Lago Preto	Consolidação e fortalecimento de associações na região do Planalto	5.400	10.000
3. ASPEFANGE – Associação dos Produtores Rurais Familiares Nova Galiléia e Nova Esperança	100% Curupira: criação de tambaqui em tanques-rede	2.800	10.000
4. ASPROFAGU – Associação de Produtores Rurais Familiares Grupos Unidos	Consolidação e fortalecimento de associações na região do lago Juruti Velho	4.555	10.000
Total desembolsado e comprometido com o projeto		20.013	39.998



3.1.3. Programa de Biodiversidade e Commodities Agrícolas - BACP

O BACP tem aberto chamadas para apoio a projetos que visem a: remover barreiras políticas, apoiar uma produção mais sustentável, promover a demanda por produtos mais sustentáveis em relação à biodiversidade e incentivar mecanismos financeiros que apoiem melhores práticas em relação à biodiversidade e agricultura.

Como ponto focal no Brasil, o Funbio participou em 2010 tanto da elaboração de estratégias de transformação de mercado para as commodities trabalhadas – soja, cana-de-açúcar, cacau e óleo de palma –, quanto do processo de seleção dos projetos. As ações do Funbio no programa complementam as iniciativas do Probio II ao possibilitar uma melhor compreensão sobre o papel dessas commodities nos territórios e na transversalização da biodiversidade.

Encontrar modelos de produção sustentável para o agronegócio brasileiro e sua expansão é fundamental para a conservação dos biomas.



Em 2010 o programa lançou uma chamada voltada para o setor da soja, disponibilizando um total de US\$ 2,9 milhões. As organizações brasileiras Aliança da Terra, Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM) e Instituto Centro da Vida (ICV) tiveram seus projetos selecionados pelo edital. A Aliança da Terra trabalha na Bacia do Rio Xingu, no Mato Grosso, para ajudar os produtores de soja a melhorarem a gestão social e ambiental de suas propriedades.

Mais informações sobre o programa em:

 www.bacp.net.

 Palê Zuppani

RESUMO DO PROJETO:

O BACP é um programa da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), ligada ao Banco Mundial, que pretende reduzir as ameaças à biodiversidade decorrentes da destruição de habitats associada à expansão da agricultura. O programa busca utilizar as forças de mercado para a promoção de boas práticas em todos os elos das cadeias produtivas de quatro commodities agrícolas: soja, dendê, cana-de-açúcar e cacau. A execução do programa é de responsabilidade da empresa americana Chemonics International Inc. e conta com recursos do GEF (US\$ 7 milhões), do Governo do Japão (US\$ 620 mil) e da própria IFC (US\$ 380 mil). O BACP atua em cinco países – Indonésia, Malásia, Gana, Costa do Marfim, e Brasil –, sendo o Funbio o ponto focal na América Latina.

3.1.4. Fundo Carbono Suruí

Durante a COP 16, em Cancún, foi lançado pela Associação Metareilá o Fundo Carbono Suruí, desenhado pelo Funbio. O Fundo será o mecanismo financeiro responsável pela gestão e pela repartição de benefícios de todo o Projeto Suruí. Este é o primeiro fundo mundial de REDD+ para os povos indígenas.

Em 2010, o Funbio trabalhou junto a parceiros do povo Suruí para desenhar um mecanismo financeiro voltado para a implementação do plano de gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Foi criado o Fundo Suruí que receberá recursos da venda de créditos de carbono e de outras fontes. O fundo permitirá uma série de ações, incluindo a capacitação da comunidade para sua implementação e para a gestão financeira do projeto, além de promover outras atividades de geração de renda.

O Fundo Suruí segue princípios de boa governança e transparência, de acordo com os quais os conselhos representativos indígenas exercem papel decisório. Os recursos obtidos pelo Projeto Carbono Suruí serão gerenciados em benefício de toda a comunidade.

ALTERNATIVA PROMISSORA PARA O POVO SURUÍ

O pagamento por serviços ambientais, especialmente a comercialização de créditos de carbono, representa uma alternativa nova e promissora para o povo Suruí. Esta é a peça chave do projeto, que desde o seu início, em 2007, primou por um procedimento voltado à necessidade da comunidade Suruí de se apropriar dos conceitos e técnicas utilizados no mercado de carbono. Uma opção a mais para trazer novos rumos à gestão etnoambiental das terras indígenas.

“A partir da minha terra e do meu povo, tento atuar no sentido de mostrar para o mundo como é possível melhorar a vida humana. Não é possível separarmos em grupos os habitantes do planeta, todos fazemos parte do mesmo planeta” - Almir Suruí

Chicoepab Suruí 

RESUMO DO PROJETO:

O Projeto Suruí planeja financiar atividades de proteção, fiscalização, produção sustentável e melhoria da capacidade local, objetivando a conservação ambiental e o fortalecimento cultural. Foi idealizado pela Associação Metareilá, com apoio do Funbio, Forest Trends, Equipe de Conservação da Amazônia (ACT Brasil), Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam).



3.2. ESTUDOS E MOBILIZAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO

Por sua capacidade de articular atores de diferentes segmentos e pelo conhecimento específico em biodiversidade e mecanismos financeiros para a conservação, o Funbio tem promovido junto ao setor privado análises que contribuem para a definição de suas estratégias de investimento, bem como capacitação e encontros multissetoriais para discussões sobre temas específicos.

3.2.1. Focus | Visão Brasil

Para divulgar os resultados dos relatórios produzidos pelo projeto, bem como submetê-los à crítica de especialistas e construir novas recomendações, foram realizados dois eventos em 2010, que juntos contaram com cerca de 220 participantes. Ambos foram realizados em parceria com o programa Diálogos Sustentáveis do Funbio.

O seminário “O setor energético e a transição para a economia de baixo carbono” levantou o debate sobre a matriz energética brasileira. Como criar bases tecnológicas, financeiras, políticas e socioambientais para o setor energético, para estimular uma economia de baixo carbono? Esta foi a questão central do seminário realizado no dia 4 de março, no Rio de Janeiro, que contou também com a parceria do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

No dia 13 de abril, em Brasília, foi realizado o segundo seminário, intitulado “Caminhos para o agronegócio sustentável”. O objetivo foi apresentar os resultados finais do Focus e debater propostas para o futuro do setor do agronegócio, em quatro commodities alvo (pecuária, soja, cana-de-açúcar e florestas plantadas). O evento foi encerrado com a mesa “O futuro do Código Florestal em face à sustentabilidade do agronegócio”, que contou com a presença da então senadora Marina Silva.

Todos os resultados dos estudos Focus, bem como um relato detalhado dos eventos e entrevistas especiais com debatedores estão disponíveis no site:

 www.visaobrasil.org.

FUNBIO LANÇA VERSÃO EM PORTUGUÊS DA PUBLICAÇÃO BBOP

O BBOP (sigla em inglês para Programa de Negócios e Compensações para a Biodiversidade) é um mecanismo diferenciado de avaliação do impacto ambiental de empreendimentos, que possibilita um diagnóstico detalhado das alterações sociais, econômicas e ambientais causadas por projetos, visando a estabelecer ações compensatórias que vão além das obrigações ambientais previstas em lei.

Em 2010 o Funbio lançou a versão em Português da publicação “Negócios, compensação para a biodiversidade e BBOP – Panorama”. O documento apresenta os princípios norteadores e ações já desenvolvidas pelo BBOP uma rede internacional que reúne mais de 600 organizações.

A publicação tem por objetivo auxiliar representantes dos setores produtivos, grupos de preservação ambiental, comunidades, governos e instituições financeiras que desejem adotar e desenvolver melhores práticas relacionadas à compensação para a biodiversidade.

Clique aqui para acessar a publicação.

RESUMO DO PROJETO:

O projeto Focus Visão Brasil – Financiamento e Oportunidades de Conservação e Uso Sustentável - produziu uma compilação de estudos e análises sobre os passivos socioambientais das commodities pecuária, soja, cana-de-açúcar e florestas plantadas. O objetivo foi oferecer recomendações visando a gerar mudanças no atual modelo de produção. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o Funbio e o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e teve seus resultados divulgados no primeiro semestre de 2010.



André Pinnola

3.2.2. Diálogos Sustentáveis

Em 2010, o programa realizou dois eventos em parceria com o Programa Focus Visão Brasil. Desde o seu lançamento, em 2006, o programa Diálogos Sustentáveis tem se consagrado como um espaço de referência para debater a biodiversidade no contexto dos negócios no Brasil. Um dos pontos altos do programa está na sua capacidade demonstrada

de pautar o tema, mobilizar palestrantes de peso e obter uma boa repercussão na mídia e entre lideranças empresariais, governamentais e sociais.

Para viabilizar o programa, o Funbio busca parceiros e empresas que entendam a importância da conservação e do uso sustentável da biodiversidade para a rentabilidade dos seus negócios, e que atuem no desenvolvimento da agenda ambiental brasileira.

RESUMO DO PROJETO:

O programa Diálogos Sustentáveis é uma iniciativa do Funbio criada para promover o engajamento do setor privado na conservação da biodiversidade. Tem por objetivo ampliar a preocupação desse segmento com a conservação da biodiversidade a partir de uma série de encontros temáticos entre lideranças empresariais, ambientais, acadêmicas e governamentais, em torno de um diálogo sobre os aspectos conceituais e práticos da sustentabilidade.

A série de encontros Diálogos Sustentáveis é parte importante dos esforços do Funbio para engajar a iniciativa privada na busca de soluções para integrar a conservação da biodiversidade em seus processos produtivos.

Nina Kahn

3.2.3. Setores Produtivos, Infraestrutura e Biodiversidade na Amazônia Legal

Este estudo produziu um panorama dos setores produtivos da região, evidenciando sua relevância econômica, seus principais gargalos, bem como os impactos sociais e ambientais associados. Seguindo um enfoque descritivo, quantitativo e espacial, o trabalho apresentou ainda o contexto e status das estratégias governamentais para conservação da biodiversidade na região.

RESUMO DO PROJETO:

O estudo sobre Setores Produtivos, Infraestrutura e Biodiversidade na Amazônia Legal apresentou um panorama dos principais setores produtivos estabelecidos na região e o mapeamento dos principais empreendimentos de infraestrutura regional dos setores energético, portuário e de transporte. Além disso, foi realizado um detalhamento das áreas protegidas e áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na região. O trabalho teve como objetivo contribuir para a estratégia desenvolvida pela empresa de cosméticos Natura para sua atuação na Amazônia.





4 GESTÃO INSTITUCIONAL



Em 2010 o principal acontecimento na gestão institucional do Funbio foi a mudança nas lideranças. Pedro Leitão, após 14 anos à frente da instituição, deixou a Secretaria Executiva e tornou-se membro do Conselho Deliberativo (CD), assumindo sua presidência.

4.1. GOVERNANÇA E GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO

A ecóloga Rosa Lemos de Sá, que era Superintendente de Programas, assumiu o posto de secretária geral e a direção da organização. Além da renovação da governança, a gestão institucional passou por ajustes importantes. O quadro de funcionários sofreu uma reestruturação, e a organização contou com o apoio de uma consultoria externa para revisar seus processos relacionados às áreas de finanças e de compras.

Também, como ação institucional, o Funbio se destacou pela coordenação de projetos desenvolvidos em redes internacionais - RedLAC (Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe) e na CFA (sigla em inglês para Aliança para Finanças da Conservação).

4.2. PROJETOS EM REDES

Durante o ano de 2010 o Funbio deu continuidade à liderança que exerce nas redes internacionais das quais participa: a RedLAC e a CFA.

Na RedLAC, o Funbio levantou recursos para um projeto de capacitação de fundos ambientais, que em 2010 realizou sua primeira oficina. Durante a XII Assembleia Anual da RedLAC, realizada em novembro no México, o projeto Ecofunds, coordenado pelo Funbio, foi oficialmente lançado. Também neste evento foi eleito o novo presidente da rede, o diretor do Fondo para la Acción Ambiental y la Niñez, da Colômbia, que tomará posse no final de 2011. Outro projeto em rede a que o Funbio deu prosseguimento foi a Parceria para o Carbono Florestal da Amazônia (AFCP, na sigla em inglês).

EDUARDO VIOLA E ADRIANA MOREIRA FALAM SOBRE A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A reunião anual do Conselho Consultivo do Funbio, realizada no dia 20 de agosto de 2010, abordou o tema “Transição para uma economia de baixo carbono”, pela relevância do assunto na integração com a agenda de biodiversidade. Cerca de 50 participantes, entre conselheiros e convidados, assistiram às apresentações do professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Eduardo Viola, e da especialista em Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial, Adriana Moreira, sobre o tema.

No mesmo evento, membros da equipe técnica do Funbio apresentaram projetos desenvolvidos pela instituição e os participantes colaboraram com propostas e sugestões.

O Conselho Deliberativo é a instância máxima de decisão do Funbio. Conta com 16 conselheiros, com paridade de representação entre os setores acadêmico, ambientalista, empresarial e governamental. O órgão conta também com comissões temáticas, formadas por membros do conselho e consultores ad hoc, que têm como objetivo assessorar os programas da organização.


REDE BRASILEIRA DE FUNDOS SOCIOAMBIENTAIS

A Rede Brasileira de Fundos Socioambientais foi criada para ser um espaço de diálogo, aprendizagem, fortalecimento institucional, capacitação e articulação dos diversos atores envolvidos com o financiamento socioambiental. Conta atualmente com a adesão de 70 fundos e sua Secretaria Executiva está hospedada no Funbio desde 2009.

Para disseminar informações de interesse de seus membros, o Funbio reativou o site da rede com informações sobre editais, resposta a dúvidas, demandas espontâneas e chamadas públicas em aberto. Além disso, participou de seminários e realizou palestras de divulgação.

Os fundos ambientais estão espalhados por todo o país. Por essa razão, o aprimoramento e a articulação de suas ações podem gerar um incrível ganho de escala no financiamento de projetos socioambientais que, por sua vez, promoverão a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Para 2011 o Funbio continuará buscando novas parcerias para o desenvolvimento de projetos como capacitação à distância e engajamento dos fundos e, para isso, está formulando uma estratégia de captação de recursos.

Mais informações sobre a rede em:

 www.fundosambientais.org.br

Camila Monteiro 



RESUMO DO PROJETO:

O projeto de capacitação da RedLAC tem por objetivo fortalecer os fundos ambientais por meio do intercâmbio de experiências e práticas inovadoras. Teve início em 2010, sob coordenação do Funbio, e tem duração de três anos, período em que serão realizadas dez oficinas presenciais. O projeto conta com financiamento do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial e da Fundação Gordon e Betty Moore, totalizando um investimento de US\$ 1,9 milhões.

4.2.1. Projeto de Capacitação da RedLAC

Este projeto pretende fortalecer os fundos ambientais na implementação de novos mecanismos financeiros, e melhorar suas práticas operacionais. Para isso, serão promovidas seis oficinas presenciais na América Latina e quatro na África, que reunirão as equipes dos fundos destas regiões com especialistas em diferentes áreas temáticas.

Além das oficinas de capacitação, o projeto financiará pelo menos seis iniciativas piloto de fundos membros da RedLAC para implementação de mecanismos financeiros inovadores. Será lançado um edital para seleção das iniciativas que contarão com um aporte de US\$ 100 mil cada, e deverão dispor de uma contrapartida de US\$ 50 mil.

O projeto foi lançado em novembro de 2010, durante a XIIª Assembleia Anual da RedLAC, quando foi realizada sua primeira oficina com o tema Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Foram instrutores o CEO e fundador do Forest Trends, Michael Jenkins, e o especialista da EKO Asset Management Partners Ricardo Bayon, fundadores do website Ecosystem Marketplace e participantes do Katoomba Group, grupos de referência em PSA.

Nos próximos encontros deverão ser abordados temas como monitoramento de impactos na biodiversidade e mercado de carbono, com apresentação de conceitos e casos de sucesso dos próprios fundos ambientais participantes. O material didático é produzido em três idiomas (Inglês, Espanhol e Francês), e todo o conteúdo dos cursos fica disponível no site da rede:

 www.redlac.org

4.2.2. Ecofunds

Após a finalização de seu protótipo e da validação dos dados inseridos, o Ecofunds foi apresentado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10) no Japão, e lançado no México durante a Assembleia da RedLAC. O Ecofunds permite monitorar os investimentos realizados em programas e projetos de conservação, bem como identificar as necessidades e oportunidades de financiamento na região Andes-Amazônia.

Disponível em três idiomas (Português, Inglês e Espanhol), o Ecofunds fechou 2010 com mais de 880 projetos cadastrados. As informações foram registradas por membros da RedLAC e outros parceiros. Os pontos focais do projeto estão distribuídos em sete países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Venezuela.

A sistematização dos investimentos em conservação da biodiversidade é fundamental para monitorar e visualizar as áreas e temas de maior necessidade de investimento. Desta forma, o Ecofunds orienta investidores e executores de projetos para

RESUMO DO PROJETO:

Ecofunds Database é um projeto da RedLAC coordenado pelo Funbio. Seu objetivo principal é acompanhar as principais tendências e necessidades sobre os investimentos em conservação da biodiversidade da região Andino-Amazônica. É um portal que facilita a comunicação entre doadores e executores de projetos, para melhorar a alocação de recursos em conservação. Em sua primeira fase recebeu um aporte financeiro de US\$ 618 mil da Fundação Gordon e Betty Moore. Em 2010 US\$ 100 mil foram doados para mais um ano de atividades do projeto, contando com o apoio das fundações Avina e Skoll.



uma melhor alocação de recursos e esforços de conservação, promovendo investimentos mais estratégicos e eficazes.

Para isso, o Ecofunds depende de parcerias com as principais instituições atuantes na região, para registrar informações consistentes e fornecer resultados que retratem a realidade local de maneira precisa. Trata-se de uma ferramenta colaborativa criada para unir esforços e disseminar conhecimento sobre os investimentos em conservação.

Instituições interessadas em cadastrar seus projetos podem acessar o Ecofunds no endereço:

www.redlac.org/ecofunds.

COMPONENTES DO PORTAL ECOFUNDS

Oportunidades de financiamento: espaço para divulgação de editais de apoio a projetos de conservação.

Necessidades de financiamento: espaço para solicitação de apoio e divulgação das necessidades de financiamento de organizações e projetos.

MapEngine: mapa que integra informações georreferenciada de prioridades de conservação e os dados registrados pelos usuários.

TrendTracker: análises estatísticas e geração de gráficos sobre os resultados cadastrados.



4.2.3. Parceria para o Carbono Florestal da Amazônia - AFCP

Os critérios do Platinum Standard foram discutidos e definidos durante o ano de 2010. Especialistas nas áreas social, econômica e ambiental dos países envolvidos se reuniram ao longo do ano e chegaram a um modelo que considera as especificidades da realidade amazônica, e não apenas a contagem de toneladas de carbono que deixarão de ser emitidas. O modelo estabelece protocolos rigorosos e critérios de validação, verificação e controle de créditos de carbono gerados pelas atividades de REDD+.

O AFCP também contou com o apoio técnico das universidades de Columbia, Duke e Stanford, bem como da empresa internacional de advocacia Covington & Burling, que é referência em políticas de emissões de carbono globalmente.

Temas como mecanismos financeiros para repartição dos benefícios gerados, protocolo para resolução de conflitos, metodologia adequada para medir o carbono, questões legais de titularidade dos créditos, mercado e outros pontos necessários para que os créditos sejam mensuráveis, repartíveis e verificáveis estão contemplados no Platinum Standard.



RESUMO DO PROJETO:

O Funbio e outros quatro fundos ambientais da RedLAC (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) se uniram ao Centro para o Meio Ambiente, Economia e Sociedade da Universidade de Columbia (na sigla em Inglês, CEES) e criaram a Parceria para o Carbono Florestal da Amazônia (AFCP, na sigla em Inglês). A iniciativa é voltada para apoiar projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) e tem como objetivos: estabelecer um modelo para projetos de REDD+, chamado de Platinum Standard; capacitar instituições para o uso desse modelo; fundar uma organização “guardiã” da qualidade dos projetos; e criar um registro dos créditos gerados.

FUNBIO PARTICIPA DAS DISCUSSÕES SOBRE REDD NO BRASIL

O Funbio participou em 2010 das discussões para a elaboração de salvaguardas socioambientais para projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) aliados a ações de conservação, manejo florestal sustentável e incremento de estoque de carbono florestal (REDD+) na Amazônia Brasileira.

Após consulta pública, o documento final foi divulgado e marcou uma importante etapa do processo de discussão e construção em torno do tema. O grupo que coordenou este trabalho é composto por representantes de movimentos sociais, agricultura familiar, setor privado, ONGs ambientalistas (incluindo o Funbio) e instituições de pesquisa. O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) foi o responsável pela facilitação do processo.

Organizado em forma de princípios e critérios, o documento busca orientar os programas e projetos de REDD+ para que suas ações tenham riscos minimizados e colaborem para a redução do desmatamento, a conservação da biodiversidade, o aumento dos benefícios sociais e o respeito aos direitos dos povos indígenas, dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais.

A versão final está disponível para download (clique aqui).





RESUMO DO PROJETO:

A CFA (sigla em inglês para Aliança de Finanças da Conservação) contribui para o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em finanças da conservação, realizando reuniões, pesquisas, seminários e publicações.

 Reunião de membros da CFA em Nagoya, Japão (arquivo)

4.2.4. CFA - Aliança para Finanças da Conservação

Na CFA, o Funbio coordenou o **Environmental Funds Tool Kit** uma biblioteca interativa online para fundos ambientais. O Tool Kit disponibiliza documentos de fundos de todo o mundo, em vários idiomas, que servem de referência para a constituição e operação dessas instituições. Foram coletados e classificados mais de 200 documentos e deu-se início ao desenvolvimento do sistema.

Outra atividade do Funbio na CFA foi o apoio à realização de estudos. Em parceria com a empresa PricewaterhouseCoopers, o Funbio participou de um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil e dos fundos ambientais no mecanismo do mercado de carbono para a Redução de Emissões

por Desmatamento e Degradação (REDD+). O estudo foi lançado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada em outubro no Japão, onde a CFA manteve um estande.

A CFA publicou também, com a colaboração dos fundos da RedLAC, a terceira edição da pesquisa CTIS (Conservation Trust Investment Survey), que avalia o desempenho dos fundos ambientais na gestão de seus ativos financeiros. O estudo revela que desde 2006 o resultado dos investimentos dos fundos no mercado financeiro tem sido positivo e supera benchmarks tradicionais.

A experiência da CFA e da RedLAC é exemplo para

outros fundos ambientais ao redor do mundo. Foi no grupo de trabalho sobre fundos ambientais da CFA que surgiu a iniciativa de estabelecer uma rede para fortalecer o financiamento ambiental na África. Em 2010, foi realizado o primeiro encontro para estruturação da Rede de Fundos Ambientais Africanos, no qual representantes da RedLAC compartilharam sua experiência e apresentaram o Projeto de Capacitação, que tem vagas destinadas aos fundos da África.

Todas as publicações e o Tool Kit estão disponíveis no site:

 www.conservationfinance.org



5

AUDITORIA
FINANCEIRA



Para garantir que os recursos recebidos sejam otimizados e investidos nos projetos de conservação, o Funbio realiza um trabalho de gerenciamento financeiro e de compras e contratações, apoiando os parceiros na elaboração de planos operativos anuais, planejando a demanda dos projetos e realizando o aporte de recursos, na forma de bens, contratação de serviços ou recursos financeiros. Todo este trabalho é monitorado e reportado aos financiadores e doadores permanentemente, assegurando a transparência no uso dos recursos.

A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros do Conselho Deliberativo e especialistas convidados, é quem se responsabiliza pela seleção do gestor profissional de ativos, pela política de investimento dos diferentes fundos administrados pelo Funbio, e pelo acompanhamento dos resultados.

À Comissão de Finanças e Auditoria, formada por membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, cabe a avaliação da gestão do Funbio, revisão e recomendação para aprovação dos relatórios das demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras no país e no exterior relativas a fundos e recursos administrados em programas e projetos pelo Funbio	R\$ 124 milhões
Recursos de terceiros vinculados a projetos	R\$ 108 milhões
Fundo de recursos do funbio (próprios)	R\$ 15 milhões

GESTÃO FINANCEIRA

Em 2010 foi iniciada uma revisão de processos e da estrutura organizacional da instituição. Os controles internos foram aprimorados para garantir evolução na governança corporativa, e deu-se início ao alinhamento das ações de sustentabilidade financeira aos novos projetos e contratos em andamento.

O Funbio, em função do incremento de recursos e relevância dos saldos, e para garantir maior transparência e fidedignidade dos números, alterou o regime de contabilização dos fatos contábeis. Em 2010 passou a reconhecer os números pelo regime de competência dos exercícios, ao invés do regime de caixa, utilizado até o exercício de 2009.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores do
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de abril de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011.

DIRECTA AUDITORES
CRC Nº 2SP013002/O-3 "S" RJ

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
CTCRC Nº 1SP114365/O-0 "S" RJ

I - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais):

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	665	971
Aplicações financeiras no país	75.169	30.471
Bancos conta movimento e aplicações no exterior	48.686	50.885
Outros	157	807
Total do Ativo Circulante	124.677	83.134
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	413	481
Intangível	75	111
Total do Ativo Não Circulante	488	592
TOTAL DO ATIVO	125.165	83.726
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
CIRCULANTE		
Fornecedores	235	493
Salários e encargos a pagar	1.053	1.151
Impostos e taxas	226	197
Recursos de terceiros vinculados a projetos	108.067	53.337
Outras contas a pagar	9	79
Total do Passivo Circulante	109.590	55.257
NÃO CIRCULANTE		
Fundo de recursos Funbio	15.118	9.523
Leasing financeiro	8	-
Total do Passivo Não Circulante	15.126	9.523
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Superávit acumulado	18.946	38.710
Superávit acumulado – ajuste	(19.734)	-
Superávit (déficit) do exercício	1.237	(19.764)
Total do Patrimônio Social	449	18.946
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	125.165	83.726

II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais):

	2010	2009
RECEITAS		
Reembolso de projetos	3.799	771
Taxa de administração	665	49
Serviços prestados	635	1.197
Doações	-	15.963
TOTAL DAS RECEITAS	5.099	17.980
DESPESAS		
Salários e encargos	(7.833)	(7.439)
Serviços de terceiros	(1.097)	(1.693)
Locação e manutenção	(713)	(939)
Despesas gerais	(641)	(1.394)
Despesas de viagens	(367)	(884)
Suprimentos diversos	(79)	(99)
TOTAL DAS DESPESAS	(10.730)	(12.448)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	57	(4.037)
RESULTADOS DE PROJETOS	(535)	(23.859)
RESULTADO OPERACIONAL	(6.109)	(22.364)
APLICAÇÕES DE RECURSOS	7.346	2.600
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.237	(19.764)

III - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais):

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	38.710	-	38.710
Déficit do exercício		(19.764)	(19.764)
Transferência para superávit acumulado	(19.764)	19.764	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	18.946	-	18.946
Ajuste de exercícios anteriores	(19.734)	-	(19.734)
Superávit do exercício	-	1.237	1.237
Transferência para superávit acumulado	1.237	(1.237)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	449	-	449

APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO PAÍS

São representadas por:

	2010	2009
Banco do Brasil - Carteira Fauna (Sísmica)	874	1.680
Itaú Pragma FAP	4.892	-
Itaú Funbio - Pragma FRF	15.118	13.953
Itaú Funbio - FRF	-	7.087
Itaú Private FAP	-	3.798
Banpará - Fundo Juruti	1.930	-
Banco do Brasil - AFCoF II	1.551	-
Banco do Brasil - Administrativa	1.069	-
Banco do Brasil - ARPA KfW 1ª Fase	707	-
Banco do Brasil CDB - CSA II	22.571	-
Banco do Brasil - FMA Comperj	6.504	-
Banco do Brasil - CSA II	1.737	-
Banco do Brasil CDB - FMA LLX AÇU	3.451	-
Banco do Brasil - FMA GASDUC III	7.355	-
Banco do Brasil - FMA Grota Funda	691	-
Banco do Brasil - ARPA BNDES 2ª Fase	3.625	-
Banco do Brasil - GEF Cerrado	1.214	-
Diversos	1.882	3.953
Total	75.169	30.471

BANCOS CONTA MOVIMENTO E APLICAÇÕES NO EXTERIOR

Compõem-se de:

	2010	2009
Bancos conta movimento no exterior		
Itaú LUX Funbio	-	3
Banco do Brasil Frankfurt - ARPA KfW 1ª fase	-	791
Banco do Brasil NY - Moore/RedLAC	3	518
Banco do Brasil Frankfurt - AFCoF II	37	1.754
Banco do Brasil Frankfurt - BMU ARPA	-	829
Banco do Brasil NY - RedLAC Capacitação	58	-
Banco do Brasil Frankfurt - FFEM	223	-
Outros	157	294
Total	478	4.189
Aplicações financeiras no exterior		
Itaú LUX FAP	47.527	46.659
Banco do Brasil NY - RedLAC Capacitação	616	-
Outras aplicações	65	37
Total	48.208	46.696
Total	48.686	50.885

RECURSOS DE TERCEIROS VINCULADOS A PROJETOS

Em 2010, comparativamente a 2009, tivemos um incremento de R\$ 54.730 mil no saldo de recursos de terceiros vinculados a projetos, decorrente basicamente do recebimento de aportes de compensação ambiental do FMA (R\$ 43.492 mil), do ajuste no superávit acumulado em função da mudança de critério contábil de caixa para o regime de competência (R\$ 8.214 mil) e ingressos de recursos relativos a outros projetos (R\$ 3.024 mil).

Abaixo a composição dos saldos dos projetos e comentários relativos a cada projeto:

	2010	2009
ARPA FAP	52.419	50.462
CSA – Thyssenkrup – Mata Atlântica	-	1.003
Alcoa – Fundo Juruti Sustentável	1.930	1.578
ARPA BNDES - 2ª fase	3.960	
FMA - CSA II	24.308	
FMA - Convênio SEA	19.184	
Carteira Fauna - Sísmica	929	
Carteira Fauna - Fundo Fauna	107	67
Capacitação RedLAC	973	
ARPA KFW - 1ª fase	707	
Probio II	119	
AFCoF I	62	
AFCoF II	1.589	
RedLAC	5	121
GEF Cerrado	1.231	
GEF Polinizadores	41	
Diálogos Porticus	110	
Bolsa Porticus	40	
Ecofunds/BCID	213	
CFA	32	
Outros projetos	108	106
Total	108.067	53.337

FUNDO DE RECURSOS FUNBIO - FRF

Representados por recursos doados pelo Banco Mundial originários do Global Environment Facility - GEF para o Fundbio iniciar suas atividades, bem como doações subsequentes, cuja movimentação nos exercícios foi a seguinte:

	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro	9.523	12.123
Ajuste ao regime de competência	11.520	-
Rendimentos no exercício	1.533	-
Gestão Pragma	(13)	-
Provisão para imposto de renda	(99)	-
Resgates no decorrer do exercício	(7.346)	(2.600)
Saldo em 31 de dezembro	15.118	9.523

RESULTADO COM PROJETOS

	2010		2009	
	Custos incorridos com projetos	Recursos aplicados	Resultado	
Carteira Fauna	741	684	(58)	(240)
Projeto RedLAC	43	110	67	(80)
Projeto BCID/Ecofundos	166	84	(82)	(240)
Fundo Mata Atlântica – CSA - Piloto	255	235	(20)	(2.215)
Fundo Mata Atlântica – CSA - Convênio SEA	1.686	1.647	(38)	-
ARPA KfW - 1ª Fase	8.521	8.530	9	(14.707)
CFA	96	55	(41)	-
Probio II	76	84	8	-
AFCoF I	226	226	-	(5.483)
FOCUS	229	-	(229)	-
GEF Polinizadores	360	345	(15)	-
AFCoF II	1.644	1.698	54	-
RedLAC Capacitação	116	-	(116)	-
ARPA BNDES - 2ª Fase	310	310	-	-
Fundação Ford	-	-	-	(409)
Componente 2.3 – ARPA	-	-	-	(53)
Outros (BACP, TNC, Natura, AFCP, TFCA, Alcoa, GEF Cerrado)	74	-	(74)	(432)
Total	14.543	14.008	(535)	(23.859)

AJUSTE AO SUPERÁVIT ACUMULADO

A entidade, em função do incremento de recursos e relevância dos saldos e para garantir maior transparência e fidedignidade dos números, alterou o regime de contabilização dos fatos contábeis, pelo regime de caixa até o exercício de 2009. Em 2010 passa a respeitar o regime de competência.

Para cumprimento do princípio contábil da competência dos exercícios, adequando os saldos dos recursos de terceiros vinculados a projetos que constituem obrigações da entidade para com os doadores e financiadores, foi levado a efeito um ajuste no superávit acumulado no total de R\$ 19.734 mil, decorrente da revisão dos contratos à luz da nova prática contábil e ajuste aos saldos bancários dos projetos.

O efeito em cada um dos fundos e projetos encontra-se detalhado abaixo:

FUNDOS/PROJETOS	R\$ milhares
Aplicação de recursos do Funbio – FRF	11.520
BMU ARPA	2.095
AFCoF II	1.754
Carteira Fauna Sísmica	1.725
ARPA KfW - 1ª Fase	1.421
Ecofundos/BCID	502
AFCoF I	465
CFA	132
Probio II	127
GEF Polinizadores	10
Fundo Juruti	(10)
FAP Local	(4)
Fundo Fauna	(2)
Outros	(1)
Total dos Ajustes	19.734

O Funbio é auditado anualmente e todas as demonstrações ficam disponíveis no site. [Clique aqui para ver a auditoria de 2010 na íntegra.](#)



6 PERSPECTIVAS



O ano de 2010 foi marcado por eventos de valorização e mobilização do setor privado para a conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais. O Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (MEB) reuniu diversas empresas em favor desta causa. Por meio da Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira, as empresas assumiram compromissos e solicitaram ações concretas ao governo, maximizando o envolvimento da iniciativa privada e da sociedade civil.

Outra iniciativa que marcou 2010 foi o lançamento do relatório “A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – TEEB” (sigla em inglês). O estudo faz uma análise global do impacto econômico gerado pelas perdas na biodiversidade. A estimativa de perda é de 2 a 4.5 trilhões de dólares em função do desmatamento e da degradação ambiental. O manejo efetivo dos ecossistemas e da biodiversidade e a inclusão do capital natural na contabilidade dos governos e empresas podem começar a corrigir e reduzir os custos de perdas futuras.

Também em 2010, foi assinado o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização. O Protocolo estabelece as bases para um regime internacional de acesso e repartição de benefícios oriundos do uso da biodiversidade, bem como dos conhecimentos tradicionais a ela associados. Este é um importante passo para a conservação da biodiversidade. O protocolo fará com que os benefícios financeiros obtidos pelas empresas a partir do uso de animais, plantas e micro-organismos sejam compartilhados com as comunidades e os países de origem dos recursos naturais.

A COP-10 em Nagoya estabeleceu também novas metas para a conservação da biodiversidade. Até 2020, os países signatários da convenção se comprometeram a proteger pelo menos 17% dos ecossistemas terrestres e de água doce e 10% dos ecossistemas marinhos e costeiros. A perda de florestas deverá ser reduzida em pelo menos 50%.

O Funbio está inserido em todas estas ações. Somos parceiros no Movimento Empresarial Brasileiro, na construção do relatório TEEB para o Brasil e no desenvolvimento das metas do país para 2020, que serão apresentadas na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica em 2012.

Esta é a década da inserção da biodiversidade no mundo dos negócios.

Conservação da biodiversidade não é idealismo de amantes da natureza. É desenvolvimento com

Conservação da biodiversidade não é idealismo de amantes da natureza. É desenvolvimento com qualidade de vida e segurança. É oportunidade para inovações tecnológicas e crescimento econômico. É garantia de permanência e de futuro.

qualidade de vida e segurança. É oportunidade para inovações tecnológicas e crescimento econômico. É garantia de permanência e de futuro. As empresas que reduzem seus impactos e adotam melhores práticas aumentam seus lucros, criam novos produtos e, em breve, dominarão o mercado mundial.

Estamos certos de que o setor produtivo está ciente da importância da sua inserção e aumento da sua participação na conservação da biodiversidade. Estamos preparados para apoiar e trabalhar ao lado dos setores privado e governamental para atender as demandas de mainstreaming da biodiversidade.

Será necessário rever conceitos, identificar oportunidades e definir novos padrões, tanto das práticas produtivas quanto das políticas públicas e fiscais. É para conhecer esta agenda e desenvolver soluções que o Funbio tem se preparado.

Rosa Lemos de Sá
Secretária Geral

CRÉDITOS

EQUIPE DO FUNBIO EM 2010

SECRETARIA EXECUTIVA:	Hebe Peralta, Mônica Ferreira, Rosa Lemos de Sá e Verônica Romeo.
Gestão de Redes:	Camila Monteiro e Lia Brum. Estagiária: Fernanda Barbosa.
Assessoria Jurídica:	Flavia Neviani, Julia Lagoeiro e Paulo Miranda.
Assessoria de Comunicação:	Lysandre Ribeiro, Márcia Soares e Rômulo Collopy Carrijo.
SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS:	Rosa Lemos de Sá
Mudanças climáticas e Energia Limpa:	Ângelo Augusto dos Santos e Renata Zambianchi.
Projetos Estratégicos:	Daniela Lerda Klohck e Elaine Teixeira. Estagiário: Eduardo Arraes.
Mecanismos Financeiros:	Guilherme Figueiredo, Leonardo Geluda, Luiza Barcellos, Manoel Serrão, Manuela Muanis, Nícia Coutinho e Tatiana Botelho.
Gestão de Programas:	Alexandre Ferrazoli, Carolina Milhorange, Daniela Leite, Erika Queiroz, Erika Polverari, Fábio Leite, Fernanda Marques, Marina Landeiro, Mary Teixeira, Natalia Paz e Raquel Monteiro. Estagiária: Amanda Chrispim.
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:	Augusto Mota, Aylton Coelho e Ligia Linhares.
Recursos Humanos:	Erika Rupp, Heloisa Helena Henriques e Renata Xisto.
Sustentabilidade Financeira:	Cintia Ribeiro e Marina Machado.
Administração:	Barbara Santana, Cláudio Augusto Silvino, Corina Stallbohm, Flávia Mol, Luciana Bresciani, Márcio de Vasconcelos Maciel, Mirian Conceição Lobo e Raquel Ventura. Estagiário: Jefferson Agostinni.
Tecnologia de Informação:	Alessandro Denes, Fabio Ramos, Igor Coutinho, Marcelo José Alves, Marcelo José de Siqueira, Ricardo Macedo e Vinicius Barbosa.
Compras:	Alessandro Jonady, Ana Paula Oliveira, Douglas Moreira Mendes, Fernanda Jacintho, Helga Ferreira, Jacqueline Holanda, João Otávio Machado, José Eugenio Matilde, José Mauro de Oliveira, Marcela Simões, Maria Bernadette Lameira, Monica Rocha, Rafael Botelho, Taíssa Albagli, Tânia Bravo e Vinicius Chavão.
Finanças:	Alexandre Santos, Ana Maria Ramos, Átila Camargo, Daniele Soares, Danielle Duarte, Fábio Eiras, Glauce Vitoria da Silva, Hécio Oliveira, Marcela Guimarães, Marcio Conrado, Marilene Viero, Roberta Alves, Sérgio Dumay e Vanderlei de Souza.
Centro de Documentação (Cedoc):	Jacqueline Ricarte, Danubia Cunha, Nathalice Cardoso. Estagiária: Linda Menezes.

DOADORES E FINANCIADORES EM 2010

Alcoa; Alcoa Foundation; Banco Mundial (Bird); BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundo Amazônia); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Chemonics; Companhia Construtora Vilar Mar; Concessionária Rio Barra S/A; Conservation International; FFEM – Fonds Français pour l'Environnement Mondial; Fundação Avina; Global Environment Facility (GEF); Gordon and Betty Moore Foundation; Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; KfW Entwicklungsbank; LLX AÇU Operações Portuárias S.A; Macaé Projetos e Serviços Ambientais Ltda; Natura Cosméticos; O Boticário; Omnia Minérios S/A; Petrobras; Petróleo Brasileiro S/A; Porticus; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Volta Redonda; Pedras Transmissora de Energia S/A; Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ) com recursos de compensação ambiental dos empreendedores Thyssenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda; SERB - Saneamento e Energia Renovável do Brasil S/A; SINPLAN Empreendimentos e Participações Ltda; SPE Dominus 03 Empreendimento Imobiliário S/A; The Nature Conservancy (TNC); Transportadora Associada de Gás S/A – TAG; WWF-Brasil.

PARCEIROS E BENEFICIÁRIOS DO FUNBIO EM 2010

Agência de Cooperação Alemã (GTZ); Alcoa; Amigos das Águas do Juruá (Amaj); Apiwtxa; Associação Beneficente Promocional Bom Samaritano; Associação Brasileira para a Conservação das Tartarugas; Associação Comercial e Empresarial de Juruti (ACEJ); Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Santa Rita; Associação dos Artesãos de Juruti; Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha 13 – Amapá; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São Pedro; Associação dos Produtores da Comunidade de Araçá Preto; Associação dos Produtores da Comunidade de São Brás; Associação dos Produtores Familiar es Grupos Unidos (ASPROFAGU); Associação dos Produtores Familiares da Região de Santo Hilário (ASPRUFARSHI); Associação dos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais Assentados no Projeto de Assentamento Agroextrativista Valha-me Deus (APRAPA-EVID); Associação dos Produtores Rurais de São José; Centro de Estudos para a Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GV-Ces/SP); Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA); Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas (Tamar); Chemonics; Conservation Finance Alliance (CFA); Conservation International (CI); Coopter - Cooperativa de trabalho, prestação de serviços, assistência técnica e extensão rural; Comissão Pró-índio do Acre (CPI-AC); Comunidade de São Benedito; Ecomeg; Forest Trends; Fundação Ford; Fundação Vitória Amazônica; Gordon and Betty Moore Foundation; Greenpeace; Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais (Pesacre); Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); Instituto Ekos; Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ); Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares); International Finance Corporation; Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental; Madeira Energia S.A. (Mesa); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério Público Federal (MPF); Missão Verde; Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM); Organização Padereéjh; Órgãos estaduais ambientais da Amazônia; Projeto Pró-Arribada; Publix; Rede Brasileira de Fundos Socioambientais; Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe (RedLAC); Rioterra; Secretaria de Estado de Produção do Estado do Acre (Sepro); Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ); SOS Amazônia; SOS Mata Atlântica; Tamar; The Nature Conservancy (TNC); Universidade Federal do Acre (Ufac); Wildlife Conservation Society (WCS); WWF-Brasil.

CRÉDITOS

Texto : Márcia Soares e Camila Monteiro

Edição: Rômulo Collopy e Renata Zambianchi

Revisão: Camila Monteiro, Lia Brum e Renata Zambianchi

Projeto Gráfico: I Graficci Comunicação e Design

Agradecemos o envolvimento da equipe do Funbio na produção e revisão deste relatório.

Este relatório anual foi composto nas tipologias Myriad Pro e Swiss 721 BT

Publicado em março de 2011

